



ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PORTARIA DIRAD Nº 21/AB4, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a descentralização de recursos orçamentários, no âmbito do COMAER, para o provimento de alimentação, aquisição de materiais e contratação de serviços em apoio ao Sistema de Subsistência (SISUB).

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 11, inciso III, do Regulamento da Diretoria de Administração da Aeronáutica (DIRAD), aprovado pela Portaria nº 1.560/GC3, de 29 de novembro de 2016; consoante com a Portaria nº 3374/SC-5, de 27 de novembro de 1990, do Estado-Maior das Forças Armadas, alterada pela Portaria nº 963/SELOM, de 09 de agosto de 2005, do Ministério da Defesa (MD); em cumprimento à Portaria Normativa nº 19/MD, de 1º de junho de 2017, e considerando:

- que o direito à alimentação dos militares em atividade, assim entendidas como as refeições que lhes são fornecidas, está assegurado pelo art. 50, item IV, alínea q), da Lei nº 6.880, de 09/12/80 (Estatuto dos Militares);

- que esse mesmo direito também é assegurado aos civis que prestam serviços em Unidades Apoiadoras ou Apoiadas do COMAER e cujo horário de trabalho exija permanência por 8 (oito) ou mais horas diárias, ou quando em exercício e instrução que a justifique, na proporção dos dias de efetivo serviço, conforme previsão constante dos Itens 6 e 7 da Portaria nº 3.374/SC-5, de 27 de novembro de 1990;

- o disposto na Portaria nº 775/GC3, de 14 de maio de 2019, do Comandante da Aeronáutica, que trata sobre a Classificação e Qualificação das “Organizações e frações de Organizações do COMAER”, como “Unidades Administrativas”; combinado com o art. 72 do Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002 e com a Portaria SEFA nº 1/AJUR, de 8 de janeiro de 2020, que tratam sobre classificação das OM e frações de OM do COMAER quanto ao apoio de serviços de Rancho; e

- a necessidade de dar conhecimento aos Agentes da Administração envolvidos na gestão do Sistema de Subsistência (SISUB) sobre a rotina de descentralização dos recursos relativos às ETAPAS de alimentação e seus complementos, resolve:

Art. 1º Estabelecer a sistemática para a descentralização de recursos orçamentários, no âmbito do COMAER, para o provimento de alimentação aos efetivos apoiados (assim entendidas como as refeições que lhes são fornecidas), bem como para a aquisição e manutenção de materiais e equipamentos, além da contratação de serviços gerais e de suporte à infraestrutura de apoio aos Ranchos; e

Art. 2º Determinar às Unidades Apoiadoras o cumprimento das especificações mínimas da Tabela Qualitativa-Quantitativa de Alimentos da Ração previstas na Portaria nº 963/SELOM, de 9 de agosto de 2005, do Ministério da Defesa, bem como o disposto no FCA 145-16, que dispõe sobre a Elaboração de Cardápios e Indicadores de Subsistência, no sentido de

oferecer aos efetivos apoiados cardápios que atendam aos princípios e requisitos de adequação nutricional, variedade e custo; de flexibilidade na seleção e composição das refeições; e de valorização da cultura alimentar regional, dentre outras particularidades locais e nacionais.

Art. 3º Os recursos para atendimento às demandas de alimentação do pessoal militar da ativa, dos militares prestando “Tarefa por Tempo Certo”, bem como dos civis abrangidos pelos itens 6 e 7 da Portaria EMFA nº 3.374/SC-5, de 27 de novembro de 1990, serão destinados às respectivas “Unidades Apoiadoras”, também denominadas “Organizações Arranchadoras”, conforme Anexo à Portaria SEFA nº 1/AJUR, de 8 de janeiro de 2020, obedecida a seguinte sistemática:

Tabela 1 - Cálculo do valor a ser descentralizado

	Efetivo Arranchado	Dias de Etapa	Valor diário por alimentado para aquisição de gêneros alimentícios	Valor diário por alimentado para suprir Materiais e Serviços de Apoio ao Rancho (Ca)	Valor diário por aluno das Escolas de Formação de militares da Ativa	Resultado
	(Ef)	(D)	(E)		(Cl)	
Etapas Comuns de Alimentação	X	Conforme §§1º e 2º do Art. 3º	R\$ 9,00	-	-	$Ef \times D \times E$
Complemento Alimentar	X	Conforme §3º do Art. 3º	-	R\$ 2,00	-	$Ef \times D \times Ca$
Colação	X	Conforme §4º do Art. 3º	-	-	R\$ 0,50	$Ef \times D \times Cl$
GALC	X	Conforme §5º do Art. 3º	2 x R\$ 9,00	R\$ 5,00	-	$(Ef + Ef + \dots + Ef) \times (E + Ca)$

§ 1º O montante do valor a ser descentralizado para as Unidades Apoiadoras das Instituições de Ensino (AFA, CIAAR, CPORAER-SJ, EAOAR, ECEMAR, EEAR, EPCAR, ITA e UNIFA), bem como dos Hospitais da Aeronáutica (HCA, HFA, HABE, HACO, HAMN, HARF, HAAF, HFAB, HFASP e HFAG), a título de ETAPA comum de alimentação, será calculado com base em 25 (vinte e cinco) dias de etapa por efetivo alimentado/dia, a cada mês.

§ 2º O montante do valor a ser descentralizado para apoio às demais Unidades Apoiadoras, a título de ETAPA comum de alimentação, será calculado com base em 22 (vinte e dois) dias de etapa por efetivo alimentado/dia, a cada mês.

§ 3º A SDAB provisionará em favor de cada Unidade Apoiadora o valor correspondente a R\$ 2,00 por militar arranchado/dia, considerando os dias de etapa previstos nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, para atender às demandas com aquisição de materiais diversos (equipamentos, mobiliário, utensílios, descartáveis, materiais especiais de limpeza, EPI, combustíveis para a produção de alimentação, dentre outros) e serviços (instalações, manutenções e reparos de equipamentos, serviços de infraestrutura, controle de pragas e vetores urbanos, capacitação de pessoal e outros).

§ 4º Aos alunos das Escolas de Formação (AFA, EEAR e EPCAR) será destinada uma complementação de recursos, a título de "COLAÇÃO", calculada à base de R\$ 0,50 por aluno, por 25 (vinte e cinco) dias a cada mês, conforme § 1º deste artigo.

§ 5º No caso de suporte a operações militares, exercícios operacionais e outros acionamentos envolvendo o emprego do Grupamento de Apoio Logístico de Campanha - GALC, quando operando em situações de desdobramento, o montante do valor a ser descentralizado para a Unidade Apoiadora responsável pelo provimento de gêneros alimentícios e outros itens de subsistência em apoio à missão deverá ser solicitado diretamente à SDAB pelo GALC.

I - O montante do valor a ser descentralizado será calculado com base no número efetivo de alimentados a cada dia de missão, incluindo os períodos de montagem e desmontagem do acampamento, versus duas vezes o valor da ETAPA comum de alimentação, acrescido de mais R\$ 5,00 por pessoa/dia para suprir as demandas de materiais e serviços de apoio ao rancho, conforme fórmula disposta na Tabela 1.

II - Por ocasião do planejamento da missão, o GALC deverá expedir Ofício para a SDAB, acompanhado de planilha informativa com a denominação e descrição sucinta da missão, local, período, a previsão do número de pessoas a serem apoiadas a cada dia do exercício/operação, o valor necessário projetado com base no cálculo da Tabela 1, discriminado por natureza de despesa, e a Unidade Apoiadora que irá prover o suporte de itens afetos à área de subsistência em proveito da missão.

III - Em até 30 (trinta) dias após o término da missão, a fim de permitir a readequação dos valores descentralizados à Unidade Apoiadora, quando for o caso, bem como os ajustes de ETAPAS para militares arranchados, o GALC deverá expedir Ofício à SDAB apresentando planilha detalhada, com as seguintes informações de cada militar apoiado: posto/graduação, nome completo, número de ordem, OM do militar, datas em que o militar recebeu apoio de alimentação, e o total de dias de efetivo apoio, conforme modelo de planilha disponibilizado na ICA 145-6.

Art. 4º O valor dos lanches de bordo e de apoio será o correspondente a 100% do valor da Etapa Vigente (E), por lanche fornecido.

Parágrafo único - Os valores destinados ao custeio do fornecimento de lanches de bordo e de apoio deverão ser solicitados à SDAB por meio de Requisição Complementar, conforme modelo disponibilizado na ICA 145-6.

Art. 5º As solicitações de ajustes de etapas, requisições complementares e lanches de bordo e de apoio deverão ser formuladas mediante as condições estabelecidas nesta Portaria e de acordo com os modelos da ICA 145-6, disponibilizados na página da DIRAD/SDAB. Não serão processadas solicitações enviadas sem a observância do formato desses anexos.

Art. 6º A aplicação de recursos públicos em Eventos Institucionais do COMAER deverá obedecer ao disposto nas Portarias Normativas do Ministério da Defesa nº 660, de 19 de maio de 2009 e nº 3.771, de 30 de novembro de 2011; na Portaria nº 201/GC3, de 20 de fevereiro de 2020, do Comando da Aeronáutica, bem como na Portaria SEFA nº 27/AJUR, de 14 de abril de 2020.

Art. 7º As Seções de Subsistência deverão manter, permanentemente, um estoque mínimo de gêneros da Tabela de Alimentação (Anexo A da Portaria nº 963/SELOM, de 9 de agosto de 2005, do MD), para garantir a alimentação do pessoal arranchado para 30 (trinta) dias de consumo, sem contar com apoio externo.

Art. 8º No que concerne aos recursos da Ação 212B – Outros Benefícios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus dependentes - Plano Orçamentário 0006, cujo contexto engloba a aquisição de gêneros alimentícios, manutenção e recuperação de instalações e de equipamentos indispensáveis ao funcionamento do Sistema de Subsistência, sua aplicação será efetuada da seguinte forma:

I - os recursos destinados à aquisição de gêneros alimentícios, calculados com base na Tabela 1, serão descentralizados às Unidades Apoiadoras antecipadamente, considerando os montantes projetados para custeio de etapas referente ao trimestre seguinte;

II - os recursos para atendimento a ajustes de etapas e requisições complementares serão descentralizados mensalmente às Unidades Apoiadoras, conforme previsão constante da ICA 145-6, após análise das solicitações recebidas na SDAB;

III - em cumprimento à previsão constante do § 1º do Art. 1º do Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015, as Unidades apoiadoras deverão envidar esforços para destinar o percentual mínimo de 30% para aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores rurais e demais beneficiários enquadrados na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006; e

IV - os recursos destinados à aquisição de materiais ou prestação de serviços de apoio aos ranchos, calculados com base na Tabela 1 e em conformidade com o §3º do Art. 3º desta Portaria, ficarão provisionados na DIREF e poderão ser aplicados, mediante solicitação da Unidade Apoiadora à SDAB, para complementar demandas de materiais e serviços em apoio às atividades do rancho, podendo ainda, em situações excepcionais, devidamente caracterizadas e justificadas, ser utilizado para complementar o montante para a aquisição de gêneros.

Art. 9º No que diz respeito à descentralização de créditos para atender ao Plano de Absorção de Produtos da Fazenda de Aeronáutica de Pirassununga (FAYS), serão observados os seguintes procedimentos:

§ 1º A FAYS deverá enviar às OM Apoiadoras beneficiárias dos seus produtos, até o quinto dia útil do mês subsequente, a relação dos itens fornecidos no mês, com seus respectivos valores, bem como o valor total da aquisição;

§ 2º A FAYS deverá enviar à SDAB, até o quinto dia útil do mês subsequente, a relação das OM Apoiadoras beneficiárias e os respectivos valores totais da produção escoada;

§ 3º A SDAB solicitará à DIREF a descentralização de crédito, em prol da FAYS, no valor total da produção escoada no mês; e

§ 4º O valor total referente às aquisições de cada OM Apoiadora beneficiada será abatido mensalmente do montante do valor de etapas descentralizado.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de julho de 2020.

Art. 10º Fica revogada a Portaria DIRAD nº 114/AB4, de 22 de março de 2018, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 77, de 9 de maio de 2018.

Maj Brig Int CARLOS ALBERTO DIAS MARTINS
Diretor de Administração da Aeronáutica

Quadro de Alterações da Portaria sobre descentralização de recursos orçamentários no âmbito do SISUB

Legenda: **A INCLUIR**

A EXCLUIR

Texto atual	Texto proposto	Observação
<p>MINISTÉRIO DA DEFESA</p> <p>COMANDO DA AERONÁUTICA</p> <p>DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA</p> <p>PORTARIA DIRAD Nº 114/AB4, DE 22 DE MARÇO DE 2018</p>	<p>MINISTÉRIO DA DEFESA</p> <p>COMANDO DA AERONÁUTICA</p> <p>DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA</p> <p>PORTARIA DIRAD Nº XXX/AB4, DE X DE XXXXX DE 2020.</p>	<p>Alteração da numeração da Portaria.</p>
<p>Dispõe sobre a descentralização de recursos orçamentários destinados à alimentação de pessoal no Exercício de 2018</p>	<p>Dispõe sobre a descentralização de recursos orçamentários, no âmbito do COMAER, para o provimento de alimentação, aquisição de materiais e contratação de serviços em apoio ao Sistema de Subsistência (SISUB)</p>	<p>Ajuste da ementa para abarcar além de um exercício financeiro e, também, para abranger aquisições e contratações.</p>
<p>O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 11, inciso III, do Regulamento da Diretoria de Administração da Aeronáutica (DIRAD), aprovado pela Portaria no 1.560/GC3, de 29 de novembro de 2016; consoante com a Portaria nº 3374/SC-5, de 27 de novembro de 1990, do Estado-Maior das Forças Armadas, alterada pela Portaria nº 963/SELOM, de 09 de agosto de 2005, do Ministério da Defesa (MD); em cumprimento à Portaria Normativa no 19/MD, de 1º de junho de 2017 e considerando ainda:</p>	<p>O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 11, inciso III, do Regulamento da Diretoria de Administração da Aeronáutica (DIRAD), aprovado pela Portaria nº 1.560/GC3, de 29 de novembro de 2016; consoante com a Portaria nº 3374/SC-5, de 27 de novembro de 1990, do Estado-Maior das Forças Armadas, alterada pela Portaria nº 963/SELOM, de 09 de agosto de 2005, do Ministério da Defesa (MD); em cumprimento à Portaria Normativa nº 19/MD, de 1º de junho de 2017, e considerando:</p>	
	<p>- que o direito à alimentação dos militares em atividade, assim en-</p>	<p>Novo texto acerca da fundamentação legal do</p>

	tendidas como as refeições que lhes são fornecidas, está assegurado pelo art. 50, item IV, alínea q), da Lei nº 6.880, de 09/12/80 (Estatuto dos Militares);	direito à alimentação aos militares.
	- que esse mesmo direito também é assegurado aos civis que prestam serviços em Unidades Apoiadoras ou Apoiadas do COMAER e cujo horário de trabalho exija permanência por 8 (oito) ou mais horas diárias, ou quando em exercício e instrução que a justifique, na proporção dos dias de efetivo serviço, conforme previsão constante dos Itens 6 e 7 da Portaria nº 3.374/SC-5, de 27 de novembro de 1990;	Novo texto acerca da fundamentação legal do direito à alimentação aos civis. Antigo inciso VI do Art 3º.
	- o disposto na Portaria nº 775/GC3, de 14 de maio de 2019, do Comandante da Aeronáutica, que trata sobre a Classificação e Qualificação das “Organizações e frações de Organizações do COMAER”, como “Unidades Administrativas”; combinado com o art. 72 do Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002 e com a Portaria SEFA nº 1/AJUR, de 8 de janeiro de 2020, que tratam sobre classificação das OM e frações de OM do COMAER quanto ao apoio de serviços de Rancho; e	Novo texto acerca da fundamentação que classifica as Unidades Administrativas do COMAER, quanto ao apoio de serviços de rancho, como Unidades Apoiadoras (OM arranchadoras) e Unidades Apoiadas (OM arranchadas).
- a necessidade de recompor os estoques de gêneros alimentícios dos Grupamentos de Apoio, com o escopo de melhorar a qualidade da alimentação do efetivo; e		Excluído.
- a necessidade de dar conhecimento aos Agentes da Administração envolvidos na gestão do Sistema de Subsistência (SISUB) sobre a rotina de descentralização dos recursos relativos às etapas de alimentação, resolve:	- a necessidade de dar conhecimento aos Agentes da Administração envolvidos na gestão do Sistema de Subsistência (SISUB) sobre a rotina de descentralização dos recursos relativos às ETAPAS de alimentação e seus complementos, resolve:	Ajuste do Texto para abarcar os complementos de Etapas.
	Art. 1º Estabelecer a sistemática para a descentralização de recursos orçamentários, no âmbito do COMAER, para o provimento de	Novo texto que expande o assunto da Portaria para

							alimentação aos efetivos apoiados (assim entendidas como as refeições que lhes são fornecidas), bem como para a aquisição e manutenção de materiais e equipamentos, além da contratação de serviços gerais e de suporte à infraestrutura de apoio aos Ranchos; e							abarcando todos os casos de descentralização de recursos em prol da alimentação.	
							Art. 2º Determinar às Unidades Apoiadoras o cumprimento das especificações mínimas da Tabela Qualitativa-Quantitativa de Alimentos da Ração previstas na Portaria nº 963/SELOM, de 9 de agosto de 2005, do Ministério da Defesa, bem como o disposto no FCA 145-16, que dispõe sobre a Elaboração de Cardápios e Indicadores de Subsistência, no sentido de oferecer aos efetivos apoiados cardápios que atendam aos princípios e requisitos de adequação nutricional, variedade e custo; de flexibilidade na seleção e composição das refeições; e de valorização da cultura alimentar regional, dentre outras particularidades locais e nacionais.							Novo texto sobre a tabela de alimentos e composição de cardápios.	
Art. 1º Para efeito de cálculo do valor da etapa a ser descentralizado no Exercício de 2018, referente ao efetivo arranchado das OM do COMAER, será adotada a seguinte sistemática:							Art. 3º Os recursos para atendimento às demandas de alimentação do pessoal militar da ativa, dos militares prestando “Tarefa por Tempo Certo”, bem como dos civis abrangidos pelos itens 6 e 7 da Portaria EMFA nº 3.374/SC-5, de 27 de novembro de 1990, serão destinados às respectivas “Unidades Apoiadoras”, também denominadas “Organizações Arranchadoras”, conforme Anexo à Portaria SEFA nº 1/AJUR, de 8 de janeiro de 2020, obedecida a seguinte sistemática:							Novo texto para abranger todos os beneficiários da alimentação fornecida pelas Unidades Apoiadoras	
Público Alvo Efetivo	Efetivo Total (A)	Etapa Vigente	Complemento Alimentar	Etapa Complementada (B)	Dias de Etapa (C)	Resultado (A x B x C)		Efetivo Arranchado (Ef)	Dias de Etapa (D)	Valor diário por alimentado para aquisição de gêneros alimentícios (E)	Valor diário por alimentado para suprir Materiais e Serviços de Apoio ao Rancho (Ca)	Valor diário por aluno das Escolas de Formação de militares da Ativa (CI)	Resultado	Tabela atualizada para maior detalhamento e inserção da “colação” e inclusão do GALC.	

Militares - ICA 145-6	x	R\$ 9,00	R\$ 2,00	R\$ 11,00	Conforme §§1º e 2º do Art. 1º Y	Y	Etapa Comum de Alimentação	x	Conforme §§1º e 2º do Art. 3º	R\$ 9,00	-	-	Ef x D x E	
							Complemento Alimentar	x	Conforme § 3º do Art. 3º	-	R\$ 2,00	-	Ef x D x Ca	
							Colação	x	Conforme §4º do Art. 3º	-	-	R\$ 0,50	Ef x D x Cl	
							GALC	x	Conforme §5 do Art. 3º	2 x R\$ 9,00	R\$ 5,00	-	(Ef ₁ + Ef ₂ + ...+ Ef _x) x (E+Ca)	
§ 1o O montante do valor da etapa total a ser descentralizado para apoio às Organizações de Ensino e de Saúde será calculado com base em 25 (vinte e cinco) dias de etapa por mês.							§1º O montante do valor a ser descentralizado para as Unidades Apoiadoras das Instituições de Ensino (AFA, CIAAR, CPORAER-SJ, EAOAR, ECEMAR, EEAR, EPCAR, ITA e UNIFA) , bem como dos Hospitais da Aeronáutica (HCA, HFA, HABE, HACO, HAMN, HARF, HAAF, HFAB, HFASP e HFAG), a título de ETAPA comum de alimentação , será calculado com base em 25 (vinte e cinco) dias de etapa por efetivo alimentado/dia , a cada mês.							Explicitadas as OM.
§ 2o O montante de valor da etapa total a ser descentralizado							§2º O montante do valor a ser descentralizado para apoio às							Alterado o texto de Organizações Militares

para apoio às demais Organizações Militares considerará 22 (vinte e dois) dias de etapa por mês.	demais Unidades Apoiadoras , a título de ETAPA comum de alimentação , será calculado com base em 22 (vinte e dois) dias de etapa por efetivo alimentado/dia , a cada mês.	para Unidades Apoiadoras.
	§3º A SDAB provisionará em favor de cada Unidade Apoiadora o valor correspondente a R\$ 2,00 por militar arranchado/dia, considerando os dias de etapa previstos nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, para atender às demandas com aquisição de materiais diversos (equipamentos, mobiliário, utensílios, descartáveis, materiais especiais de limpeza, EPI, combustíveis para a produção de alimentação, dentre outros) e serviços (instalações, manutenções e reparos de equipamentos, serviços de infraestrutura, controle de pragas e vetores urbanos, capacitação de pessoal e outros).	Novo texto acerca da sistemática de provisionamento de recursos.
§ 3o No caso de militar do COMAER envolvido em curso, com apoio de rancho provido por OM Alimentadora diversa da sua, deverá ser realizado o ajuste de etapas entre a OM Requisitante e a OM Alimentadora.		Excluído.
§ 4o Para efeito desta Portaria, as definições para “Ajustes de Etapas” e “Requisição Complementar” são aquelas descritas na ICA 145-6.		Excluído.
§ 5o No caso de apoio a operações militares, exercícios ou treinamentos operacionais, e demais acionamentos da área de apoio ao homem em pronto-emprego, as requisições complementares, visando ao atendimento de despesas para suprir necessidades nutricionais, deverão ser solicitadas pela Unidade responsável pelo respectivo apoio logístico, sendo o valor da etapa complementada de R\$ 27,50.		Novo parágrafo 5º mais detalhado.

§ 6o No caso de fornecimento de lanches, as Organizações deverão observar o previsto na ICA 145-3 e na ICA 145-6.		Mencionado no parágrafo único do Art. 4º.
§ 7o A alimentação diária do militar deverá, em sua composição calórica, considerar as especificações da Tabela Qualitativa-Quantitativa de Alimentos da Ração, prevista na Portaria no 963/SELOM, de 9 de agosto de 2005, do MD.		Assunto mencionado no novo Art. 2º.
§ 8o As Unidades que prestam apoio às Organizações de Ensino da Aeronáutica farão Jus também a uma complementação de recursos, a ser aplicada sobre valor da etapa complementada (item B da Tabela 1), para fazer face ao fornecimento de "colação" aos alunos, calculada à base de R\$ 0,50 por aluno e por dia.	§4º Aos alunos das Escolas de Formação (AFA, EEAR e EPCAR) será destinada uma complementação de recursos, a título de "COLAÇÃO", calculada à base de R\$ 0,50 por aluno, por 25 (vinte e cinco) dias a cada mês, conforme § 1º deste artigo.	Reescrito, porém mesmo conteúdo.
	§5º No caso de suporte a operações militares, exercícios operacionais e outros acionamentos envolvendo o emprego do Grupamento de Apoio Logístico de Campanha - GALC, quando operando em situações de desdobramento, o montante do valor a ser descentralizado para a Unidade Apoiadora responsável pelo provimento de gêneros alimentícios e outros itens de subsistência em apoio à missão deverá ser solicitado diretamente à SDAB pelo GALC.	Inserido, em substituição ao antigo parágrafo 5º do art. 1º. Explicitação do protocolo de solicitação e provimento de recursos de alimentação ao GALC em situações de desdobramento.
	I - O montante do valor a ser descentralizado será calculado com base no número efetivo de alimentados a cada dia de missão, incluindo os períodos de montagem e desmontagem do acampamento, <i>versus</i> duas vezes o valor da ETAPA comum de alimentação, acrescido de mais R\$ 5,00 por pessoa/dia para suprir as demandas de materiais e serviços de apoio ao rancho, conforme fórmula disposta na Tabela 1.	
	II - Por ocasião do planejamento da missão, o GALC deverá expedir Ofício para a SDAB, acompanhado de planilha	

	informativa com a denominação e descrição sucinta da missão, local, período, a previsão do número de pessoas a serem apoiadas a cada dia do exercício/operação, o valor necessário projetado com base no cálculo da Tabela 1, discriminado por natureza de despesa, e a Unidade Apoiadora que irá prover o suporte de itens afetos à área de subsistência em proveito da missão.	
	III - Em até 30 (trinta) dias após o término da missão, a fim de permitir a readequação dos valores descentralizados à Unidade Apoiadora, quando for o caso, bem como os ajustes de ETAPAS para militares arranchados, o GALC deverá expedir Ofício à SDAB apresentando planilha detalhada, com as seguintes informações de cada militar apoiado: posto/graduação, nome completo, número de ordem, OM do militar, datas em que o militar recebeu apoio de alimentação, e o total de dias de efetivo apoio, conforme modelo de planilha disponibilizado na ICA 145-6.	
Art. 2º As solicitações de ajustes, requisições complementares e lanches deverão ser feitas mediante as condições estabelecidas nesta Portaria e de acordo com os modelos da ICA 145-6, disponibilizados na página da DIRAD/SDAB. Não serão processadas solicitações enviadas sem a observância do formato desses anexos. A requisição deverá se fazer acompanhar de documentação comprobatória, contendo, no mínimo: a relação nominal dos alimentandos, a quantidade de dias de atendimento, duração do evento e/ou outras informações complementares, sendo necessária a publicação em Boletim Interno e/ou do COMAER, quando for o caso.		Assunto realocado para novo artigo 5º.
§ 1º A Organização que fornecer alimentação a militar apoiado por outro Grupamento deverá solicitar o ajuste de etapas à SDAB, conforme o que estabelece a ICA 145-6 e, após o envio, encaminhar mensagem COMUNICA/SIAFI à OM		Excluído. Assunto tratado na ICA 145-6.

Alimentadora do militar e à SDAB.		
§ 2o As etapas correspondentes aos militares da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro que prestam serviço e realizam refeições de forma continuada em OM do COMAER deverão ser solicitadas à respectiva Força Singular, conforme previsão constante da ICA 145-6.		Excluído. Assunto tratado na ICA 145-6.
§ 3o Os civis e militares quando obrigados a indenizar a alimentação deverão observar o disposto na ICA 145-6.		Excluído. Assunto tratado na ICA 145-6.
Art. 3o As requisições complementares serão atendidas de acordo com a disponibilidade de recursos para a alimentação.		Excluído. Assunto tratado na ICA 145-6.
§1o As requisições complementares visam ao atendimento de despesas para suprir necessidades nutricionais correspondentes:		Excluído. Assunto tratado na ICA 145-6.
I - aos militares envolvidos em operações ou exercícios com apoio de Unidade Celular de Intendência (UCI), conforme disposições da área de logística de apoio ao homem em pronto-emprego;		
II - aos militares incorporados que ainda não estejam arranchados ou cuja publicação de arranhamento não tenha sido efetivada (inclui-se nesta categoria os conscritos);		
III - aos lanches de apoio, conforme ICA 145-3;		
IV - aos dias em que não houver percepção de etapa eventual pelos militares arranchados;		
V - ao apoio às visitas e comitivas institucionais;		

VI - quando houver disponibilidade orçamentária, nos termos da Portaria EMFA no 3.374/SC-5, de 1990, aos civis cujo horário de trabalho exija permanência por 8 (oito) ou mais horas diárias sendo enquadrados: os estagiários, irmãs de caridade em hospitais e sanatórios militares, os internos, os aprendizes, os alunos civis dos Estabelecimentos de Ensino de nível superior das Forças Armadas e os candidatos inscritos em concursos promovidos pelas Forças Armadas nos dias em que permanecerem à disposição das Organizações Militares;		Assunto abarcado na parte de ‘autoria e fundamentação legal’ da presente Portaria.
VII - a outros casos excepcionais, devidamente encaminhados para a análise da SDAB.		Excluído.
§ 2o O valor unitário do lanche de bordo e de apoio, a ser contabilizado em requisição específica, será o mesmo da etapa complementada prevista no art. 1o desta Portaria.	Art. 4º O valor dos lanches de bordo e de apoio será o correspondente a 100% do valor da Etapa Vigente (E), por lanche fornecido.	Alterado o valor correspondente ao lanche.
	Parágrafo único - Os valores destinados ao custeio do fornecimento de lanches de bordo e de apoio deverão ser solicitados à SDAB por meio de Requisição Complementar, conforme modelo disponibilizado na ICA 145-6.	Inserida a sistemática de pedidos dos valores relativos aos lanches fornecidos.
	Art. 5º As solicitações de ajustes de etapas, requisições complementares e lanches de bordo e de apoio deverão ser formuladas mediante as condições estabelecidas nesta Portaria e de acordo com os modelos da ICA 145-6, disponibilizados na página da DIRAD/SDAB. Não serão processadas solicitações enviadas sem a observância do formato desses anexos.	Texto do antigo Artigo 2º realocado para cá. Inserido “de bordo e de apoio”. Excluídos os seus parágrafos.
Art. 4o As demandas com gêneros em apoio aos eventos institucionais serão orientadas por Portaria específica.	Art. 6º A aplicação de recursos públicos em Eventos Institucionais do COMAER deverá obedecer ao disposto nas Portarias Normativas do Ministério da Defesa nº 660, de 19 de maio de 2009 e nº 3.771, de 30 de novembro de 2011; na Portaria nº 201/GC3, de 20 de fevereiro de 2020, do Comando da	Texto reformulado inserindo as novas normativas que regulamentam a matéria.

	Aeronáutica, bem como na Portaria SEFA nº 27/AJUR, de 14 de abril de 2020.	
Art. 5º As Seções de Subsistência deverão manter, permanentemente, um estoque mínimo de gêneros da Tabela de Alimentação (Anexo A), para garantir a alimentação do pessoal arranchado para 10 (dez) dias de consumo , sem contar com apoio externo, conforme FCA 145-13 .	Art. 7º As Seções de Subsistência deverão manter, permanentemente, um estoque mínimo de gêneros da Tabela de Alimentação (Anexo A da Portaria nº 963/SELOM, de 9 de agosto de 2005, do MD), para garantir a alimentação do pessoal arranchado para 30 (trinta) dias de consumo, sem contar com apoio externo .	Inserida a referência à normativa que trata da Tabela de Alimentação e alterada a quantidade de dias de estoque de contingência, de 10 para 30 dias.
Parágrafo único. O estoque mínimo de cada gênero alimentício será considerado, levando-se em conta os itens alternativos, conforme estabelecido no item 3, do Anexo A, da legislação em vigor que trata da matéria.		Excluído.
Art. 6º No que concerne aos recursos da Ação 212B – Outros Benefícios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus dependentes - Plano Interno A000172.00.00 (Alimentação de efetivo) , cuja finalidade é promover, manter e controlar o provimento de alimentação para o pessoal militar do Comando da Aeronáutica, cujo contexto engloba a aquisição de gêneros alimentícios, manutenção e recuperação de instalações e de equipamentos indispensáveis ao funcionamento do Sistema de Subsistência, sua aplicação será efetuada da seguinte forma:	Art. 8º No que concerne aos recursos da Ação 212B – Outros Benefícios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus dependentes - Plano Orçamentário 0006 , cujo contexto engloba a aquisição de gêneros alimentícios, manutenção e recuperação de instalações e de equipamentos indispensáveis ao funcionamento do Sistema de Subsistência, sua aplicação será efetuada da seguinte forma:	Excluído o PI e inserido o PO para abranger todos os recursos de alimentação.
I - 83,34% - aquisição de gêneros para alimentação do efetivo;		Excluído.
II - 10% - despesa extraordinária com alimentação do efetivo; e		Excluído.
III - 6,66% - manutenção e recuperação de instalações e de equipamentos, sistemas e outros.		Excluído.
	I - os recursos destinados à aquisição de gêneros alimentícios,	Inserida a sistemática.

	calculados com base na Tabela 1, serão descentralizados às Unidades Apoiadoras antecipadamente, considerando os montantes projetados para custeio de etapas referente ao trimestre seguinte;	Definida a descentralização trimestral.
	II – os recursos para atendimento a ajustes de etapas e requisições complementares serão descentralizados mensalmente às Unidades Apoiadoras, conforme previsão constante da ICA 145-6, após análise das solicitações recebidas na SDAB;	Inserida a sistemática para ajustes e requisições complementares.
	III – em cumprimento à previsão constante do § 1º do Art. 1º do Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015, as Unidades apoiadoras deverão envidar esforços para destinar o percentual mínimo de 30% para aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores rurais e demais beneficiários enquadrados na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006; e	Antigo Art. 9º reformulado.
	IV - os recursos destinados à aquisição de materiais ou prestação de serviços de apoio aos ranchos, calculados com base na Tabela 1 e em conformidade com o §3º do Art. 3º desta Portaria, ficarão provisionados na DIREF e poderão ser aplicados, mediante solicitação da Unidade Apoiadora à SDAB, para complementar demandas de materiais e serviços em apoio às atividades do rancho, podendo ainda, em situações excepcionais, devidamente caracterizadas e justificadas, ser utilizado para complementar o montante para a aquisição de gêneros.	Novo texto acerca da sistemática de provisionamento de recursos.
Art. 7º Para as demais despesas necessárias ao funcionamento do sistema de subsistência, os gestores poderão utilizar os recursos descritos no art. 6º, desta Portaria, através das economias realizadas com a gestão de aquisição, controle de estoques, produção qualitativa e quantitativa dos gêneros alimentícios, redução de desperdício, controle de acesso, ajuste de etapas e outros, de forma a suprir as suas necessidades, ou		Excluído.

ainda, recursos de outras ações orçamentárias.		
Art. 8o Todas as descentralizações creditícias deverão estar acostadas a um Processo Administrativo de Gestão – PAG.		Excluído.
Art. 9o Deverá ser aplicado o percentual mínimo previsto no § 1o do Art. 1o do Decreto no 8.473, de 22 de junho de 2015, no que se refere aos recursos recebidos no Plano Interno A000172.00.00 destinados às etapas mensais.		Texto realocado para o novo inciso III do Art. 8º.
	Art. 9º No que diz respeito à descentralização de créditos para atender ao Plano de Absorção de Produtos da Fazenda de Aeronáutica de Pirassununga (FAYS), gerenciado pelo CEAP, serão observados os seguintes procedimentos:	Texto inserido para abarcar a sistemática mencionada na Portaria nº 1.122/GC6, de 28/11/2006, que está em processo de revogação, além de a sistemática ora prevista estar obsoleta.
	§1º A FAYS deverá enviar às OM Apoiadoras beneficiárias dos seus produtos, até o quinto dia útil do mês subsequente, a relação dos itens fornecidos no mês, com seus respectivos valores, bem como o valor total da aquisição;	
	§2º A FAYS deverá enviar à SDAB, até o quinto dia útil do mês subsequente, a relação das OM Apoiadoras beneficiárias e os respectivos valores totais da produção escoada;	
	§3º A SDAB solicitará à DIREF a descentralização de crédito, em prol da FAYS, no valor total da produção escoada no mês; e	
	§4º O valor total referente às aquisições de cada OM Apoiadora beneficiada será abatido mensalmente do montante do valor de etapas descentralizado.	

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de maio de 2018, não gerando efeitos financeiros retroativos.	Art. 10º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de julho de 2020.	
Art. 11 Ficam revogadas as Portarias DIRAD no 56/GABAD, de 28 de março de 2017 e a de no 179/AB4-2, de 15 de agosto de 2017.	Art. 11º Fica revogada a Portaria DIRAD nº 114/AB4, de 22 de março de 2018, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 77, de 9 de maio de 2018.	
Maj Brig Int VILMAR GARGALHONE CORRÊA Diretor de Administração da Aeronáutica	Maj Brig Int CARLOS ALBERTO DIAS MARTINS Diretor de Administração da Aeronáutica	